
Monumento ou “mentira histórica”?

As diferentes apropriações do local onde foram enterrados o Guia Lopes, Camisão e Juvencio e a construção do Cemitério dos Heróis da Retirada Da Laguna

Monument or “historical lie”? The multiple appropriations the place where they buried the bodies Guide Lopes, Camisão and Juvencio and construction of Laguna Withdrawal of the Heroes Cemetery

Jérri Roberto Marin*

Resumo

O artigo analisa a construção da memória e as múltiplas apropriações em torno do cemitério onde foram enterrados o Coronel Carlos de Moraes Camisão, do Tenente-Coronel Juvencio Manoel Cabral de Menezes e de José Francisco Lopes durante a Retirada da Laguna (1865-1867). O cemitério e os túmulos, construídos a pedido de Alfredo Maria Adriano d’Escagnolle Taunay, tornaram-se o centro dos debates na década de 1920, quando foi idealizado o monumento *Aos Heróis de Laguna e de Dourados*. Posteriormente, com o traslado dos corpos, em 1941, ficou privado dos despojos mortais dos seus mortos mais ilustres. Porém, desde a instalação da Comissão de Estradas e Rodagem Número 3, o cemitério e os túmulos passaram a ser revitalizados em diferentes contextos e novas relações entre memória e identidade foram estabelecidas, quando passou a ser denominado de *Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna*. Num segundo momento, são enfocados o processo de tombamento no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e os debates sobre se seria um monumento ou uma “mentira histórica”. Ou seja, em torno dos túmulos e do cemitério foram construídas, ao longo de várias décadas, diferentes significações, apropriações e relações de memória e identidade.

Palavras-chaves: Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna, Identidade, Memória.

* Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP); Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/Brasil); Professor da Pós-Graduação em História da UFGD. E-mail: jerrimarin@bol.com.br

Abstract

The article analyzes the memory construction and multiple appropriations with the cemetery where Colonel Carlos de Moraes Camisão, Lieutenant-Colonel Juvencio Manoel Cabral de Menezes and Jose Francisco Lopes were buried during the Laguna Withdrawal (1865-1867). The cemetery and the tombs, built at the request of Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay, became the center of debate in the 1920s, when the monument to the Heroes of Laguna and Dourados was designed. Later, with the transfer of the bodies, in 1941, the cemetery was deprived of the mortal remains of its most illustrious dead. However, since the installation of the Highways Commission number 3, the cemetery and the graves have become revitalized in different contexts. New relationships between memory and identity were established when it became known as the Cemetery of the Laguna Withdrawal Heroes. In a second moment, this article addressed the process of patrimonialization in the Institute of National Historical and Artistic Heritage as well as the debates on whether it was a monument or a “historical lie”, i.e, around the graves and the cemetery were built, over several decades, different meanings, appropriations, and memory and identity relations.

Keywords: Cemetery of the Laguna Withdrawal Heroes, Identity, Memory, Mato Grosso do Sul.

Problematizou-se neste artigo a construção da memória e as múltiplas apropriações, em diferentes contextos, dos túmulos e do cemitério onde foram enterrados os corpos do Coronel Carlos de Moraes Camisão, do Tenente-Coronel Juvencio Manoel Cabral de Menezes e de José Francisco Lopes, o Guia Lopes, durante a Retirada da Laguna (1865-1867)¹, episódio ocorrido durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Em 1874, a pedido de Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay, foi construído um monumento patriótico e funerário em suas homenagens, pois eles já eram considerados heróis nacionais. Na

¹ Em 1865 foi enviado do Rio de Janeiro um contingente militar para o sul de Mato Grosso, sob o comando do Coronel Manuel Pedro Drago. Essa coluna, saindo de São Paulo, contou com o apoio de efetivos militares de Minas Gerais e Goiás. Em 1867, sob o comando do Coronel Carlos de Moraes Camisão a coluna entrou no território paraguaio, onde foram forçados a retirar-se. Entre os problemas enfrentados estavam a escassez de armamentos, de alimentos, de água potável e de medicamentos para combater as epidemias de cólera, de tifo e de beribéri. Como decorrência, de um efetivo de 3.000 homens sobreviveu apenas 700. Entre os mortos estavam o Coronel Carlos de Moraes Camisão, o Tenente-Coronel Juvencio Manoel Cabral de Menezes e José Francisco Lopes.

década de 1920, tanto os túmulos quanto o cemitério tornaram-se o centro de um debate em nível nacional, que culminou na construção do monumento *Aos Heróis de Laguna e de Dourados*, no Rio de Janeiro. Após o traslado dos corpos, em 1941, novas relações entre identidade e memória foram criadas com o cemitério e com os túmulos, quando o local passou a ser denominado *Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna*. Em um segundo momento, enfocou-se o processo de tombamento e os debates realizados no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), onde se discute se o cemitério seria um monumento ou uma “mentira histórica” e as relações entre memória, patrimônio e identidade.

O culto a Lopes, Camisão e Juvencio: de singelos túmulos ao monumento *Aos Heróis de Laguna e de Dourados*

No contexto da Guerra do Paraguai, Alfredo Maria Adriano d’Escragnolle Taunay participou como ajudante da comissão de engenheiros das forças militares que foram destinadas ao sul de Mato Grosso, entre os anos de 1865 e 1867. Sobrevivendo à marcha da Coluna Expedicionária, retornou ao Rio de Janeiro, onde escreveu a obra *A Retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*.

Na narrativa de Taunay as mortes de soldados e, sobretudo, dos comandantes, são transformadas em atos heroicos, pois eram homens especiais, predestinados à doação, à abnegação e ao sacrifício da própria vida para defender o Brasil. Taunay estava inserido em uma instituição militar e pertencia à elite política imperial, tendo o dever de preservá-las, assegurando tanto a integridade do Império, como a valorização da instituição à qual pertencia, eternizando seus feitos e suas glórias.

Nas representações de Taunay Camisão, Lopes e Juvencio, em seus momentos finais, se resignaram aceitando o que estava por vir, pois estavam convictos que tinham cumprido os seus deveres com o país. Como mártires do dever cívico deveriam ocupar lugares destacados no panteão nacional, sendo eternamente homenageados.² Lopes faleceu nas proximidades da fazenda Jardim e foi “enterrado no meio do nosso acampamento, em terra que era sua. Os amigos lhe puseram sobre a sepultura tosca cruz de madeira”.³ Os corpos de Camisão e Juvencio foram enterrados à margem direita do rio Miranda, uma sepultura próxima a outra. Taunay descreveu a cerimônia como lúgubre:

² TAUNAY, Alfredo D’Escragnolle. *A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Ediouro, 1952. pp. 74-75, 78-79.

³ *Ibidem*, p. 75.

Numa cova aberta, sob grande árvore, no meio da mata, enterrou-se o Coronel com o seu uniforme e insígnias. Em outra cova, imediata, e à direita, foi o corpo do tenente-coronel Juvencio colocado pelos seus companheiros da comissão de engenheiros e alguns oficiais do corpo de artilharia. Jamais se nos varrerá da memória esta lúgubre cerimônia a que a escuridão da noite e da mata ainda mais soturna tornavam.⁴

Por fim, Taunay faz um apelo para o futuro: o dever e obrigação de perpetuar suas memórias e evitar seu esquecimento. Reivindicava também a construção de cruzeiros para perpetuar a localização dos seus túmulos, pois eram heróis nacionais. Cabia agora aos brasileiros prestar contas ao passado e manter viva suas contribuições à nacionalidade. Como heróis, emanavam vários valores a serem preservados:

Se lhes não profanarem os túmulos é de esperar que, um dia ou outro alguma cruz de material duradouro, com uma inscrição, aponte à memória dos brasileiros o lugar que recebeu os despojos destas nobres vítimas do dever.⁵

O culto cívico aos soldados mortos tem longa datação. Segundo Ariès, os primeiros a serem homenageados com um túmulo comemorativo foram os vitimados nas guerras civis da Revolução Francesa. A construção de um monumento, de uma capela expiatória e de um cemitério tinha como objetivo a perpetuação da lembrança daqueles que tombaram em sacrifício da pátria. Posteriormente, com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o culto cívico dos soldados mortos teve uma difusão e um prestígio até então desconhecido.⁶

No Brasil, o culto a alguns soldados e civis que morreram durante a Guerra do Paraguai iniciou durante o conflito e intensificou-se após o seu término. Alfredo Maria Adriano d’Escragnolle Taunay relatou na obra *Dias de guerra e de sertão* que, quando era oficial-de-gabinete do Ministro da Guerra Conselheiro João José de Oliveira Junqueira, propôs que fosse construído um monumento em memória do Coronel Carlos de Moraes Camisão e do Tenente-Coronel Juvencio Manoel Cabral de Menezes. Sua preocupação era a de assinalar de um modo perdurável o lugar em que estavam sepultados seus corpos, marcando simbolicamente o local ao transformá-lo num monumento nacional. Taunay também planejou o traslado dos restos mortais de José Francisco Lopes, o Guia Lopes, para o mesmo local, sendo depositados ao lado dos túmulos de Camisão e Juvencio.

⁴ Ibidem, p. 79.

⁵ Idem.

⁶ ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, pp. 595-599.

Obtida a anuência, foi expedido o Aviso ao Coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão, que trabalhava na Comissão de Limites Brasil-Paraguai (1872-1874) para demarcar o local, construir um monumento onde estavam enterrados os oficiais e transladar os restos mortais de Lopes.⁷ Segundo Taunay (1927, p. 142), as sepulturas estavam intactas, não tinham sido abertas e foram reconhecidas por Gabriel Lopes, morador da fazenda do Jardim e sobrinho de José Francisco Lopes. Galvão, pelo documento 440, de 31 de outubro de 1874, informou que as obras teriam sido concluídas e descreveu os túmulos:

O monumento está dividido interiormente em dous compartimentos, contendo um os restos do commandante, o outro os do immediato. Assignala este compartimento um frasco, dentro do qual se acha um castello de metal dourado, que mandei collocar ao lado dos ossos, como distinctivo da corporação a que pertenceu o illustre finado. No outro compartimento mandei collocar uma granada de calibre 4 La Hitte, que ahi encontrei, como distinctivo da arma do distincto commandante das forças.⁸

O monumento construído era de mármore e a sua base era de pedra e cal. A lápide estava assentada em plano inclinado e continha a seguinte inscrição:

Á memoria dos benemeritos coronel Carlos de Moraes Camisão e tenente coronel Juvencio Manoel Cabral de Menezes, commandante e immediato das forças em operações ao Sul desta Provincia, falecidos em 29 de Maio de 1867 na memorável retirada das mesmas forças; o Governo Imperial mandou erigir este monumento em 1874.⁹

Ao lado do monumento dos comandantes foi construída uma sepultura “de pedra e cal”, onde foram depositados os restos mortais de José Francisco Lopes. Entre os dois túmulos foi construído um terceiro, onde Galvão depositou todos os ossos humanos que encontrou no local e que estavam espalhados e que seriam “de outros bravos alli falecidos”.¹⁰ O cemitério foi cercado com mourões e foi erguida no seu vértice “uma grande cruz de madeira de lei”.¹¹ A partir dessas intervenções, o cemitério tornou-se um monumento *funerário*

⁷ MENDONÇA, Estevão. *Datas Mato-grossenses*. Goiânia, Ed. Rio Bonito, 1973. V. 1., p. 259.

⁸ TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *Dias de guerra e de sertão*. 3. ed. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1927, p. 142.

⁹ Id.

¹⁰ *Ibidem*, p. 143.

¹¹ Id.

patriótico, pois lembrava e glorificava a abnegação, seguida do sacrifício pessoal e da morte em favor do Brasil.¹²

O episódio da Retirada da Laguna e a Guerra do Paraguai tiveram uma amplitude no imaginário brasileiro que a Independência e a Proclamação da República não alcançaram, pois mobilizaram diferentes setores da sociedade e difundiram o patriotismo em todas as regiões do país.¹³ Como decorrência, o cemitério tornou-se um bem simbólico pelo seu valor histórico e por ser um espaço de (re)memoração da Guerra do Paraguai, do papel do Exército nesse conflito e de culto àqueles heróis nacionais. Esses aspectos são evidenciados no interesse, inicialmente no meio militar, de visitar o local, de prestar homenagens e de evitar o esquecimento do episódio da Retirada da Laguna. Em 1905, por exemplo, por ocasião da construção da Linha Telegráfica entre Porto Murtinho e Aquidauana, chefiada por Cândido Mariano da Silva Rondon, o Capitão Marciano Ávila determinou a limpeza do local e a construção de um novo “aramado de protecção”, pois o existente estava deteriorado. Rondon visitou o local, onde foram prestadas homenagens a Lopes, Camisão e Juvencio.¹⁴

Na década de 1920, o cemitério tornou-se centro de um debate em nível nacional. Após a Primeira Guerra Mundial, o Exército teve de se adaptar às novas estratégias e tecnologias, aspectos que exigiam maior profissionalização e modernização. Nessa conjuntura, passou a reestruturar seu sistema de ensino e de formação de seu corpo de oficiais e, para consolidar a existência de um Exército profissional, unitário, disciplinado, hierárquico, despolitizado e coeso, foi criada uma nova identidade militar. Para isso, foram criadas fardas, brasões, estandartes, o culto a Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, e a instituição do Dia do Soldado.¹⁵ A Guerra do Paraguai e o episódio da Retirada da Laguna propiciaram um vasto repertório de heróis e acontecimentos a serem celebrados pelo Exército, sobretudo os cultos cívicos a Carlos de Moraes Camisão, a Antonio João Ribeiro, a José Francisco Lopes e a Taunay, pois deles emanavam valores importantes, tais como a renúncia, a bravura, a abnegação, a disciplina, o cumprimento do dever, o martírio para

¹² SQUINELO, Ana Paula. *A Guerra do Paraguai ontem e hoje: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1868-2003)*. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 147.

¹³ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

¹⁴ D'ANGROGNE, General Alfredo Malan. Heróis Esquecidos: refazendo o itinerário da retirada da Laguna – A sepultura do Guia Lopes. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Cuiabá, 1928, Ano X, Tomos XIX-XX, pp. 123-135, p. 125.

¹⁵ CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 12.

defender o país e para repensar a missão do Exército na sociedade. Enfim, os militares evocavam a memória da Retirada da Laguna a partir das demandas do presente.

Em 29 de maio de 1920, o Coronel José Feliciano Lobo Vianna proferiu uma conferência no Clube Militar em homenagem ao 53º aniversário da morte de Camisão, Lopes e Juvencio. Diante do Presidente da República Epitácio da Silva Pessoa, do Ministro da Guerra João Pandiá Calógeras e de inúmeras autoridades civis e militares, lembrou a data e os homenageou com trintas vivas.¹⁶ A fala centrou-se sobre a história da Coluna Expedicionária e, ao finalizar, o Coronel solicitou que esses atos de bravura do Exército jamais fossem esquecidos. Entre as questões levantadas estava o apelo, representado como patriótico e dirigido a todos os brasileiros, de dar um aspecto condigno às sepulturas dos heróis da Retirada da Laguna, que estariam abandonadas nos ermos de Mato Grosso.

A sensibilização do público presente para o tema teve repercussão imediata no Estado, nos meios militares e na sociedade. O Ministro da Guerra determinou a impressão de 2 mil exemplares das pesquisas realizadas pelo palestrante, objetivando que fossem distribuídos para as autoridades, quartéis, escolas e bibliotecas a fim de que o episódio da *Retirada da Laguna* fosse conhecido e celebrado em nível nacional.

A reportagem de *O Jornal*, de 14 de junho de 1920, lamentava o desprezo a que estavam relegadas as sepulturas de Antonio João, Camisão e Lopes e convocava os brasileiros e os militares para que se mobilizassem para demonstrar a veneração a esses heróis, substituindo suas lápides por outras mais dignas. O abandono e o esquecimento da história e dos seus mártires eram considerados uma lástima imperdoável, pois demonstravam o esquecimento, por parte da sociedade, do episódio mais glorioso, épico, patriótico e heroico do Brasil. A intenção era cobrir as lápides com mármore, revitalizando-as e assegurando a eternização dos locais onde se encontravam.¹⁷

A reportagem sensibilizou os alunos da Escola Militar do Realengo, que lançaram um apelo dirigido aos brasileiros e aos militares para que coletassem os recursos para realizar as obras. Porém, o professor de História da escola, Pedro Cordolino de Azevedo, questionou se a lápide de mármore iria saldar a

¹⁶ O Coronel José Feliciano Lobo Vianna representava as novas gerações de oficiais formadas pelas Escolas Militares e tinha como preocupação difundir valores, normas e disciplina na instituição, utilizando-se, para esse fim, do culto aos heróis.

¹⁷ AZEVEDO, Pedro Cordolino de. *A epopeia de Mato Grosso no bronze da história*. Rio de Janeiro, [s.n.], 1926, pp. 3-4.

dívida e o esquecimento, pois considerava que sua localização no longínquo estado de Mato Grosso não daria a ênfase e o destaque em nível nacional. As distâncias geográficas não permitiam homenagens e celebrações cívicas, perpetuando, assim, o esquecimento. Para Azevedo, apenas a construção de um monumento imponente, elegante, majestoso e condigno de recordação, localizado no Rio de Janeiro, iria pagar a dívida contraída pelo Brasil a esses heróis. Dessa forma, o *mármore* seria substituído pelo *bronze*.¹⁸

Como decorrência, foi aprovada a construção do monumento *Aos Heróis de Laguna e de Dourados*, que seria inaugurado durante as comemorações do centenário da independência, em 1922. O projeto a ser aprovado deveria prever o traslado dos restos mortais do coronel Carlos de Moraes Camisão, de José Francisco Lopes e do Tenente Antonio João Ribeiro. Enquanto o monumento não fosse concluído, foi aprovado que seriam realizados reparos nas sepulturas a fim de propiciar a sua “conservação condigna”, até a sua remoção. Após os traslados, estava prevista a construção de “marcos” para que ficasse registrado o local onde morreram e ficaram enterrados por mais de setenta anos.¹⁹ A construção do monumento mobilizou diferentes setores da sociedade brasileira e contou com doações de particulares, recursos federais, estaduais e municipais, além das inúmeras campanhas de arrecadação. Porém, sua construção demorou mais que o previsto.²⁰

Em 1925, foi publicada a obra *Heróis Abandonados! Peregrinação aos lugares históricos do sul de Matto Grosso*, de autoria do engenheiro Armando de Arruda Pereira, resultado de suas viagens pelos locais por onde passaram os expedicionários. Sua preocupação era sensibilizar a sociedade brasileira para a conservação dos túmulos de Antonio João, que estaria esquecido e sem identificação, bem como de Lopes, Camisão e Juvencio, que estavam abandonados.²¹

Pereira ficou desapontado com o túmulo de Camisão e Juvencio e o desqualificou enquanto monumento pela sua simplicidade e pelo abandono.²² Assim, não viu o que imaginara encontrar, um túmulo monumental como fora descrito por Taunay em *Dias de guerra e de sertão*. O local foi considerado

¹⁸ *Ibidem*, pp. 54-55.

¹⁹ *Ibidem*, p. 55.

²⁰ Dos 16 projetos concorrentes, foi escolhido o de Antonio Pinto de Mattos, intitulado *Veritas et labor*, de estética monumentalista. O local escolhido pela Prefeitura do Rio de Janeiro seria a Ponta do Calabouço, porém foi constatado que o terreno não suportaria o peso do monumento, cerca de trezentas toneladas. Somente em 1929 foi designada como local a Praia Vermelha.

²¹ PEREIRA, Armando Arruda. *Heróis Abandonados! Peregrinação aos lugares históricos do sul de Matto Grosso*. São Paulo: Seção de Obras do Estado de São Paulo, 1925, pp. 5-13.

²² *Ibidem*, p. 44.

indigno aos heróis ali enterrados. A crítica dirigia-se ao Governo Imperial pela modéstia do projeto arquitetônico e aos governos republicanos pela falta de manutenção, tornando os despojos dos “sagrados” e dos “bravos” indignos. Outro aspecto criticado foram as diferenças entre o túmulo-monumento de Camisão e Juvencio com o que guardava os restos mortais de José Francisco Lopes. Como heróis nacionais, deveriam igualar-se e não revelar a existência de hierarquias entre os heróis militares e civis. Pereira se confundiu e, apesar de ter conhecimento pelo relatório do Tenente Moreira, considerou o túmulo de João Lopes como se fosse o de José Francisco Lopes.²³ Diante desse cenário, reivindicou uma homenagem condigna, como dívida de gratidão em memória desses heróis, que, pelas suas qualidades, serviam de modelo e de identificação aos brasileiros. O apelo era dirigido à sociedade para que reivindicasse e pressionasse os políticos e o governo para prestar uma justa homenagem àqueles mártires.²⁴

Em 1926, o General Alfredo Malan D’Angrogne chefio uma expedição ao Mato Grosso com o objetivo de refazer o itinerário da Retirada da Laguna e de visitar as sepulturas de Lopes, Juvencio e Camisão. Posteriormente, o texto foi publicado na *Revista Militar Brasileira* (1926), na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1928) e na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso* (1928) com o título “Heroes esquecidos: refazendo o itinerario da retirada da Laguna – A sepultura do Guia Lopes”. As primeiras impressões foram negativas, pois o local do cemitério foi considerado isolado, sombrio, desértico, selvagem e hostil. A conservação do cemitério foi considerada como ruim:

A vegetação invasora cresce e recobre os tumulos abandonados: forceja em nivelar a gradação social que a humanidade pretende conservar na morte. Dos chefes nobres, heroes ou simplesmente abastados em vida, alvejam na escuridão as sepulturas de mármore ou de alvenaria. O resto, a miuçalha ignorada, repousa na terra humilde á qual reverte, sem inscrição nem epigraphe, sob pobres cruces caídas ou já desaprumadas.²⁵

D’Angrogne teve dificuldade de encontrar o túmulo de José Francisco Lopes, pois se encontrava em “cova rasa, coberta apenas de pedras, já desaparecida a cruz que a assinalava” e não havia “nenhuma epigrafe”. Ao lado do túmulo, havia três árvores cujas raízes tinham danificado o lado esquerdo da construção. Diante desse cenário, D’Angrogne assumiu o compromisso, como

²³ Id.

²⁴ *Ibidem* p. 45.

²⁵ D’ANGROGNE, General Alfredo Malan. *Op. cit.*, p. 125.

“tributo nacional aos heroes do Sacrificio”, de realizar melhorias no local, visando à sua conservação e à identificação da sepultura do Guia Lopes.²⁶ As obras foram realizadas pelo 6º Batalhão de Engenharia a Cavalos, sediado na cidade de Aquidauana. Entre as atividades, destacaram-se: consertar o arado, que estava danificado pelo gado; identificar todos os túmulos; rejuntar com cal e cimento os túmulos de Camisão e Juvencio; reconhecer e identificar a sepultura de José Francisco Lopes, levantar sobre esta um estrado de alvenaria e cravar uma cruz de aroeira onde deveria constar a singela inscrição “Guia Lopes”.²⁷

As obras foram coordenadas pelo Tenente Luiz Moreira, que reconstruiu o túmulo de Lopes e o identificou, fez melhorias no monumento de Camisão e Juvencio, limpou o terreno, concertou e reforçou a cerca, a fim de proteger o local do gado. Segundo Moreira, existiam “no Cemitério muitas outras sepulturas razas, de parentes e membros estranhos a família Lopes, algumas assinaladas, a maioria ignoradas”.²⁸

No início dos anos 1930, o 6º Batalhão de Engenharia a Cavalos de Aquidauana realizou novas reformas no cemitério, quando o local recebeu a primeira disposição arquitetônica e reforços nas cercas de proteção. Porém, em 1931, o Tenente Danilo Paladini, de passagem pelo local, manifestou sua indignação com o abandono em que se encontrava o local:

Trato nenhum. Olvido completo. Quebrando do matto, aproximamo-nos dos modestissimos baldrames. Sobre um delles uma grossa lapide de mármore, rachada, enegrecida e carcomida pelo rigor das intemperies, nos permittiu ler a custo, a [...] inscrição [...].

E nada mais! Á direita e a esquerda respectivamente, os tumulos do Guia Lopes e de seu filho João, morto posteriormente, cujos nomes se podem ler em toscas cruces de madeira.²⁹

Em 31 de dezembro de 1938, foi inaugurado o monumento *Aos Heróis de Laguna e de Dourados* com a presença de Getúlio Vargas e de autoridades civis e militares. Posteriormente, em novembro de 1941, iniciaram os traslados dos restos mortais do município de Jardim para o Rio de Janeiro. No dia 15, aniversário da Proclamação da República, as urnas foram transportadas com escolta para o monumento, onde as aguardava o Presidente Getúlio Vargas,

²⁶ *Ibidem*, pp. 126-127.

²⁷ *Ibidem*, p. 128.

²⁸ *Ibidem*, p. 131.

²⁹ DALMOLIN, José Vicente; SOUZA, Edmilson Lima de. *Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna*. Jardim, MS. Livraria e Editora Tira-Teima, 2011, p. 72.

o Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, entre outras autoridades civis e militares, além de populares. A cerimônia cívica exaltava os feitos da Retirada da Laguna e da participação do Exército na Guerra do Paraguai. Houve inúmeros discursos e homenagens e o ato encerrou-se com desfiles de militares e de estudantes.³⁰

Após o traslado dos corpos, várias questões podem ser elencadas: o local deixou de ser um monumento reivindicado pela memória? Qual o sentido que conservou ou renovou na medida em que perdeu os restos mortais mais ilustres que abrigava?

O cemitério após o traslado dos corpos de Lopes, Camisão e Juvencio

Em 1945, nas proximidades de onde se localizava o cemitério, no município de Bela Vista, foi instalada, por motivos estratégicos e de segurança nacional, a Comissão de Estradas e Rodagem Número 3 (CER-3), que era responsável pela construção de rodovias na região de fronteira com o Paraguai. Segundo Souza, o “efetivo militar era formado por oficiais e sargentos, profissionais de carreira” e a CER-3 possuía inúmeros funcionários civis de carreira ou temporários.³¹ Para abrigá-los foi criado o loteamento denominado *Vila Jardim*, que, devido ao incremento populacional, foi elevado a distrito em 13 de setembro de 1948 e a município em 11 de dezembro de 1953.³²

Segundo Souza, a instalação da CER-3 trouxe um grande desenvolvimento social e impulso econômico à região, pois de um local de passagem transformou-se num loteamento operário-militar.³³ A presença do Exército estimulou o povoamento e a urbanização e sua atuação se estendia às questões de lazer, saúde, esporte, educação de crianças e adultos, saúde, trabalho, obras de infraestrutura (abastecimento de água, redes de transmissões de luz elétrica, pontes, estradas).³⁴ Nesse sentido, a ampla atuação e o envolvimento dos militares configuravam-se “parte de um processo civilizador” da região.³⁵

³⁰ *Ibidem*, pp. 61-63.

³¹ SOUZA, Fernando dos Anjos. *Educandário Coronel Felício: a participação militar na educação pública da fronteira Brasil - Paraguai (1951-1980)*. Dissertação (Mestrado em Educação), UFGD, Dourados/MS, 2012, p. 42.

³² Em 1º de janeiro de 1984, foi extinta a CER-3 e, em suas instalações, foi sediado o 9º Batalhão de Engenharia de Construção, efetivo militar cuja sede era em Cuiabá. Posteriormente, em 1986, foi instalada em Jardim a 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada.

³³ SOUZA, Fernando dos Anjos. *Op. cit.*, p. 42.

³⁴ MEDEIROS, Samuel Xavier de. *Memórias de Jardim*. Campo Grande: Ed. Teassul Ltda, 2002.

³⁵ SOUZA, Fernando dos Anjos. *Op. cit.*, p. 44.

A importância do Exército também pode ser atestada no fato de o primeiro prefeito de Jardim ter sido um militar, o Coronel José Vicente Sanctis Pires.

Nesse contexto, o cemitério tornou-se um local de culto, de celebrações e de homenagens tanto da CER-3 como de diferentes instituições do município de Jardim. Entre as atribuições dos prefeitos da CER-3 estavam a manutenção do cemitério e a promoção de culto cívico a Lopes, Camisão e Juvencio. Ou seja, houve uma ressignificação da identidade histórica e agregaram-se novos valores simbólicos ao cemitério, ao ser apropriado como o local onde estiveram sepultados por 74 anos Camisão, Lopes e Juvencio, heróis do panteão cívico brasileiro, e como espaço histórico associado à Guerra do Paraguai e à Retirada da Laguna, pois os expedicionários permaneceram nesse local de 28 de maio a 1^a de junho de 1867. Dessa forma, foram sendo criados novos significados e relações de memória e de identidade com o cemitério, que continuou sendo considerado um monumento *funerário* e *patriótico*. Os túmulos apesar de estarem vazios continuaram sendo um símbolo para recordar e celebrar o culto oficial, um legado à memória coletiva e uma imposição às gerações futuras de imagens que deviam ser recordadas e celebradas por meio de festividades cívicas e patrióticas. Essas comemorações são eventos de grande potencial simbólico quando o Estado, as instituições e a sociedade civil repensam o passado (re)significando-o a partir do presente, elaboram projetos para o futuro e constroem identidades e subjetividades.

Pierre Nora, ao refletir sobre o bicentenário da Revolução Francesa, constatou que as comemorações constroem *lugares de memória*, definidas como “toda a unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em um elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer”.³⁶ Esses *lugares de memória* seriam simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais e inexistiria neles uma separação rígida entre história e memória, mas interações e sobre-determinações recíprocas, tais como a “vontade de memória” e a “intenção de memória”.³⁷

Para que a lembrança dos mortos não se apagasse da memória dos brasileiros e não ficasse restrita a CER-3 foram realizados investimentos para ampliar o reconhecimento em nível nacional do cemitério como monumento *funerário* e *patriótico*, ou seja, como um *lugar de história* do Brasil

³⁶ NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire*. Paris: Quarto Gallimard, 1997, v. 2, p. 2226.

³⁷ NORA, Pierre. Entre a memória e história. A problemática dos lugares. Tradução de Yara AunKhoury. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, dez. 1993, pp. 21-22.

(nação-memória). Ou seja, não há memória espontânea e foi a “vontade de memória”³⁸ que tornou o cemitério digno de ser visitado, lembrado, celebrado, protegido, preservado e que perpetuou os cultos cívicos a Camisão, Lopes e Juvencio.

A CER-3 e o Exército passaram a realizar, em diferentes ocasiões, festividades cívicas, comemorações, elogios fúnebres e homenagens, com a participação da Igreja Católica de autoridades civis, militares e eclesásticas, com outras unidades do Exército e com a sociedade em geral. Houve também investimentos para dar maior visibilidade ao cemitério por meio da imprensa e, posteriormente, com a realização de romarias cívicas. Como afirmou Anderson, os cenotáfios são o símbolo mais impressionante da moderna cultura do nacionalismo.³⁹

Em 1954, por exemplo, foi realizada uma missa campal no cemitério, celebrada pelo bispo de Corumbá D. Ladislau Paes. Em 1955, foi encaminhado o processo de tombamento do cemitério, por iniciativa da CER-3 e do Comando Militar do Oeste, obtendo parecer favorável do Conselho Consultivo do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan), em sessão de 13 de novembro de 1955. Outras unidades militares do sul do Antigo Estado de Mato Grosso e, após 1977, de Mato Grosso do Sul promoviam atividades cívicas, tais como a 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, de Dourados; o 10º Regimento de Cavalaria Mecanizado, de Bela Vista; o 44º Batalhão de Infantaria Motorizada, de Coxim; e a 9ª Região Militar e do Comando Militar do Oeste, ambos sediados em Campo Grande.

Dada a importância que o cemitério tinha para o Exército passou a ser denominado de *Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna*.⁴⁰ Essa nova apropriação, pela memória local, possibilitou novas formas de significados e aproveitamentos do cemitério ao ser transformado em um *espaço turístico* de cunho

³⁸ *Ibidem*, p. 13.

³⁹ ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p. 17.

⁴⁰ Nas orientações do Ministro da Guerra Conselheiro João José de Oliveira Junqueira, datada de 1873, o local é denominado de “lugar em que se acham sepultados o Coronel Carlos de Moraes Camisão e o Tenente-Coronel Juvêncio Manoel Cabral de Menezes”. Em 1905, o Capitão Marciano Ávila descreveu também como o local das sepulturas. Armando Arruda referiu como “lugares históricos” e como “túmulos”; o General Alfredo Malan D’Angrogne tratou o local onde repousam os “restos” de Camisão e Juvencio de cemitério, de túmulos, de catacumba e de sepulturas; e o Tenente Luiz Moreira, de cemitério e campo santo. DALMOLIN, José Vicente; SOUZA, Edmilson Lima de. *Op. cit.*, p. 33; PEREIRA, Armando Arruda, *Op. cit.*, pp. 7-43; D’ANGROGNE, General Alfredo Malan. *Op. cit.*, pp. 124-126, 129; DALMOLIN, José Vicente; SOUZA, Edmilson Lima de. *Op. cit.*, p. 33. Segundo Dalmolin e Souza, em “documentos oficiais e artigos esporádicos encontramos ainda as denominações de ‘Sítio Histórico dos Heróis da Retirada da Laguna’ e ‘Cemitério Militar dos Heróis da Retirada da Laguna’”. DALMOLIN, José Vicente; SOUZA, Edmilson Lima de. *Op. cit.*, p. 33.

histórico e cívico. Nesse processo de construção cultural, que conferia sentidos e motivações aos projetos turísticos, valoriza-se, em um primeiro plano, a memória e o culto a Camisão, Juvencio e Lopes a fim de evitar o esquecimento pelas novas gerações; já em um plano secundário, o episódio da Retirada da Laguna e os feitos e as glórias do Exército.

No ano de 1967, por ocasião do 1º centenário da Retirada da Laguna e da morte de Lopes (27 de maio) e de Camisão e Juvencio (29 de maio), foram realizadas reformas no local e, para as comemorações, foi organizada uma missa celebrada pelo bispo de Corumbá com a participação de autoridades civis e militares. Em 1º de março de 1970, por ocasião do Primeiro Centenário do término da Guerra do Paraguai, com o *slogan* “1000 km de civismo”, prestaram-se várias homenagens no cemitério. Para essa ocasião houve nova revitalização dos túmulos.

Em 1977, com a divisão de Mato Grosso e a criação de Mato Grosso do Sul, a Guerra do Paraguai, o episódio da Retirada da Laguna e o cemitério passaram a ser evocados no processo de construção da identidade regional. Ou seja, o passado foi apropriado de acordo com interesses e com projetos políticos dos diferentes grupos que assumiram o governo estadual. As justificativas para manter a memória da Guerra viva e dos seus heróis mais ilustres tinham como objetivos consolidar a identidade sul-mato-grossense ligada à Guerra do Paraguai e à *Retirada da Laguna* e o de promover o desenvolvimento econômico por meio do turismo sustentável, ecológico, histórico e cívico-patriótico. Nesse sentido, Connerton pontuou que, “as nossas experiências do presente dependem, em grande medida, do conhecimento que temos do passado e que as nossas imagens desse passado servem normalmente para legitimar a ordem social presente”.⁴¹ Como parte do esforço das sociedades em manter uma relação profícua com o passado, o autor apontou a necessidade de se instituir e preservar os rituais. Estes seriam responsáveis pela contiguidade com o passado, seja remoto ou imediato.

Na década de 1980, o cemitério foi revitalizado pelo prefeito Coronel José Vicente Sanctis Pires, quando foi construído um monumento para agrupar as placas que homenageavam os heróis.⁴² O relatório n. 13, da CER-3, de 1983, evidenciava a importância do cemitério como um monumento de culto cívico:

⁴¹ CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Tradução de Maria Manuela Rocha. 2. ed. Oeiras: Celta, 1999, p. 2.

⁴² DALMOLIN, José Vicente; SOUZA, Edmilson Lima de. Op. cit., p. 77.

Existe no Cemitério 04 túmulos e 40 cruzeiros que simbolizam os mortos naquele local, conforme se segue:

Nº 1 – Representa o local de sepultamento de 14 soldados, na época da Retirada;

Nº 2 – Representa o local de sepultamento de José Francisco Lopes, o Guia Lopes da Retirada da Laguna, filho de Antonio Francisco Lopes e de Teotonia Maria das Neves, nascido no dia 26 de fevereiro de 1811, na Vila de Pihumi, então Província de Minas Gerais;

Nº 3 – Neste local fora sepultado o senhor João Lopes, filho do Guia Lopes;

Nº 4 – Representa o local de sepultamento do Cel. Carlos de Moraes Camisão e do TC Juvencio Manoel Cabral de Menezes;

Os demais símbolos referem-se à pessoas da família do Guia Lopes, sepultado naquele cemitério. [...]

O Cemitério vem sendo conservado (limpeza e acesso) pela CER/3, desde 1950.⁴³

Em 1989, o 44º Batalhão de Infantaria Motorizada, de Coxim, realizou uma homenagem com o dístico *Constância e Valor* e realizou, com todo o efeito, o trajeto realizado pelos retirantes. A partir de 1991, a 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada passou a incluir a cerimônia de *Preito aos Heróis da Retirada da Laguna*, que era realizada no cemitério.

Um dos eventos que auxiliaram na divulgação do local foram as *Marchas Cívico-Culturais da Retirada da Laguna*, promovidas pela 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada.⁴⁴ Em 1999, foi realizada a 1ª *Marcha*, cujos objetivos eram manter viva a história da Retirada da Laguna, percorrendo os caminhos realizados pelos expedicionários, conservar suas evidências, reforçar o sentimento de patriotismo, o culto aos heróis e o orgulho de ser sul-mato-grossense. A marcha foi encerrada com uma cerimônia de *formatura cívico-cultural*, realizada no *Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna*, quando foram entregues os certificados aos participantes e realizadas homenagens aos heróis. Na ocasião, foi colocada uma placa no cemitério, que registrava a realização do percurso de 223 km a pé e as homenagens prestadas a Lopes, Camisão e Juvencio. Nas edições subsequentes das *Marchas*, essas cerimônias tornaram-se uma tradição, sendo realizadas com grande solenidade e contavam com a presença de autoridades civis e militares.

As *Marchas* eram financiadas e viabilizadas pelo Exército e tornaram-se um evento de valorização da participação do Exército na Guerra do Paraguai e de culto aos heróis da Retirada da Laguna. Quando do mandato do Governador José Orcírio Miranda dos Santos (1999-2007), do Partido dos Trabalhadores (PT), e, posteriormente, de André Puccinelli (2007-2015), do

⁴³ *Ibidem*, p. 50.

⁴⁴ A organização militar é subordinada ao Comando Militar do Oeste e pertence à 9ª Região Militar, com sede em Campo Grande, e orgânica da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, cuja sede é em Dourados.

Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), foram desenvolvidos projetos turísticos (trilhas históricas e ecológicas) e museológicos associados à Retirada da Laguna, visando ao desenvolvimento econômico de Mato Grosso do Sul. Porém, esses projetos não foram viabilizados e os recursos financeiros prometidos também não foram liberados. A apropriação da Retirada da Laguna estava associada a um *marketing* para esses partidos e grupos políticos se perpetuassem no poder no âmbito estadual.⁴⁵

Em 2008, durante 6ª *Marcha*, foi apresentado o projeto *Trilha Ecológica da Retirada da Laguna* pelo Capitão da Reserva do Exército Brasileiro Krugerson de Mattos. O projeto entendia que a trilha “é um Patrimônio Histórico Artístico Cultural de Mato Grosso do Sul, registrado por Taunay [...]. Perfaz aproximadamente 350 km de extensão entre Laguna, no Paraguai e Porto Canuto, no Brasil.” Ao longo do percurso da trilha seriam construídos cinco *Geotopes da Trilha*, para onde seriam transladados os restos mortais dos referidos patronos. O primeiro era o Coronel Pedro José Rufino, que seria depositado num panteão do 10º Regimento; o segundo seria em Jardim e teria os restos mortais do Tenente-Coronel Juvencio Manoel Cabral de Menezes; o terceiro em Guia Lopes da Laguna, que teria os restos mortais do José Francisco Lopes; o quarto em Nioaque e teria os restos mortais do Coronel José Antonio Dias da Silva; e, no quinto, que seria construído em Anastácio/Aquidauana, estariam os restos mortais do Coronel Carlos de Moraes Camisão.

O traslado dos restos mortais e a criação de *Geotopes* agregariam capitais simbólicos ao projeto, porém esbarravam em alguns obstáculos: os restos mortais de Lopes, Camisão, Juvencio e Antonio João estavam depositados no monumento *Aos Heróis da Laguna e Dourados*, no Rio de Janeiro; os de Rufino, no Cemitério da Piedade de Cuiabá e, por estarem em local desconhecido, os restos mortais do Coronel José Antonio Dias da Silva. Em suma, a memória regional reivindicava restos mortais que já haviam sido apropriados pela memória nacional desde a década de 1920. Embora não tivesse ocorrido um debate acirrado, muitos militares defendem a permanência do monumento no Rio de Janeiro.⁴⁶

Para as comemorações dos 150 da Retirada da Laguna e da existência do cemitério, a ser realizada em 2017, está prevista, desde 2012, uma série de comemorações, que incluem um projeto de revitalização do local e a realização de eventos preparativos que estão sendo coordenados pelo Conselho Militar

⁴⁵ *Ibidem*, p. 9.

⁴⁶ DALMOLIN, José Vicente; SOUZA, Edmilson Lima de. *Op. cit.*, p. 51.

do Oeste (CMO) e pelo Centro de Análise e Difusão do Espaço Fronteiriço (Cadef), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), como apoio do Governo Estadual e de diferentes instituições.⁴⁷

As obras de revitalização do *Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna* foram inauguradas em 18 de setembro de 2015. A 4ª Companhia de Engenharia de Combate, como responsável pela sua manutenção e preservação, com recursos do Departamento de Educação e Cultura do Exército, da Prefeitura Municipal de Jardim, entre outros apoios, coordenou as reformas, cujos objetivos eram:

- Homenagear todos aqueles que derramaram seu sangue em defesa de suas pátrias, durante a Guerra da Tríplice Aliança.
- Divulgar a Retirada da Laguna, fomentando o interesse por este importante episódio histórico, contribuindo para o estudo da história, no Brasil;
- Proporcionar uma adequada e fácil identificação dos locais, de grande relevância histórica, ligados a essa epopeia; e
- Criar novas atrações turísticas e culturais na região.⁴⁸

O local recebeu um cercado externo, dois portões de entrada e pátio interno com três divisões. A primeira é constituída de um estacionamento de veículos; a segunda de um pátio interno com portal de entrada, constituído de jardim onde foi colocada uma cruz de concreto, sob uma base tabular, e um monumento com uma placa alusiva à revitalização:

Na certeza de honrar os feitos históricos daqueles que marcaram este lugar com seu nome, a 4ª Companhia de Engenharia de Combate, se mantém responsável pela manutenção e preservação desse santuário na certeza de que todo o esforço realizado nunca será igual ao daqueles que compuseram a Coluna Expedicionária comandada pelo Coronel Carlos Moraes Camisão.⁴⁹

A terceira parte é constituída pelo cemitério, que recebeu inúmeras intervenções. Ainda não catalogadas, as sepulturas foram ordenadas onde se encontravam, e as cruzes de madeiras foram substituídas por outras de concreto, a fim de representar “os combatentes que faleceram no decorrer do conflito e de alguns civis que moraram na região”.⁵⁰

⁴⁷ Disponível em: <http://guerradoparaguaimatogrossodosul.blogspot.it/p/ata-prog-150-anos-ret-laguna-2017.html>. Acessado em 10/08/2015.

⁴⁸ Disponível em: <http://nossaterranossagentenossahistoria.blogspot.it/p/passado-do-cachoeirinha-municipiode.html>. Acessado em 10/08/2015.

⁴⁹ Disponível em: <http://guerradoparaguaimatogrossodosul.blogspot.it/2015/10/11-jornada-cultural-da-retirada-da.html>. Acessado em 10/08/2015.

50 Id.

O local foi revestido de gramíneas e com jardim e também foram revitalizadas as três placas afixadas no monumento construído para comemorar, a primeira delas, o primeiro centenário do término da Guerra do Paraguai, inaugurado em 1970; a segunda faz uma alusão aos 122 anos do episódio da Retirada da Laguna, em 1989, e a terceira registra a realização da 1ª *Marcha Cívico-Cultural da Retirada da Laguna*, em 1999.⁵¹

As inúmeras intervenções revelam a existência de outra lógica com relação a preservação/conservação do cemitério contra os desgastes do tempo. As revitalizações e atualizações dos túmulos e do cemitério são consideradas mais importantes que a sua preservação arquitetônica, embora revitalizar reabilitando é, nesse contexto, mantê-lo vivo como *lugar de memória*, como patrimônio nacional e como investimento turístico. Em suma, “o patrimônio não deve ser visto a partir do passado, mas a partir do presente, como categoria de ação do presente e sobre o presente”.⁵²

O processo de tombamento do Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna: monumento ou mentira histórica?

Em 13 de dezembro de 1955, foi protocolado no Conselho Consultivo do Dphan o processo de tombamento número 533-T-1955, relativo ao *Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna*. A solicitação partiu do Ministro da Guerra General Henrique Teixeira Lott, por meio do Aviso n. 1.214/19, de 23 de novembro de 1955, pelo qual solicitava o tombamento do local onde estiveram enterrados, “durante setenta anos [...] [os] heróis da ‘retirada da Laguna’”.⁵³

A patrimonialização não representava para o Exército apenas uma medida de proteção dos túmulos, de preservação integral do passado e de bloquear seu esquecimento, mas também a chancela oficial do Estado que possibilitaria a novas formas de ressaltar seus significados, de apropriações e de aproveitamentos com vistas ao turismo e ao culto cívico e patriótico. A iniciativa do Exército revela também que o tombamento traria uma mudança do regime de memória, ou seja, da *história-memória* para a *história-patrimônio* ao incorporar o cemitério como expressão da memória nacional e da identidade regional e brasileira. Como testemunho do passado nacional deveria

⁵¹ Id.

⁵² GLEVAREC, Hervé; SAEZ, Guy. Le patrimoine saisi par les associations. citado por HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36; pp. 261-273, Jul/Dez 2006, p. 270.

⁵³ ATA da 19ª Sessão Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 13 de dezembro de 1955. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/1955__03__19a_reuniao_ordinaria__13_de_dezembro.pdf. Acessado em 10/08/2015, p. 21b.

ser transformado num bem comum, numa perpétua herança à coletividade articulando, dessa forma, o passado, o presente e o futuro. Para Nora, o crescente interesse em patrimonializar não seria um sinal da importância do campo do patrimônio cultural, mas uma forma privilegiada de expressão da memória regional e nacional.⁵⁴

O pedido de tombamento foi apreciado na 19ª Sessão Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 13 de dezembro de 1955. Após a leitura do parecer do Conselheiro Gustavo Barroso, que aprovou o tombamento “a partir da importância histórica da Retirada da Laguna”, o Conselho seguiu esse voto e foi aprovado por unanimidade o tombamento.⁵⁵ A aprovação foi publicada no Diário Oficial no dia 17 de janeiro de 1956.

O Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional resolve por unanimidade mandar proceder ao tombamento do local onde, durante 70 anos, estiveram sepultados Guia Lopes, o Coronel Camisão e o Tenente-Coronel Juvêncio, heróis da Retirada da Laguna, na localidade de Jardim, Estado de Mato Grosso. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1955. Rodrigo de Melo Franco Andrade.

Porém, o ato deixou de ter eficácia pela ausência de notificação ao proprietário do terreno do cemitério, que deveria doá-lo à União, procedimento fundamental para viabilizar a legalidade do ato do tombamento. A falha teria sido do Dphan, que não teria adotado as providências necessárias. Segundo Barroso, a “notificação ao proprietário do sítio onde se localizavam as sepulturas foi enviada em 10.05.58, não tendo havido resposta à mesma. Houve um engano em relação ao destinatário, o que só foi verificado recentemente”.⁵⁶

O processo ficou sobrestado até 1997, quando o tema voltou a ser apreciado: o Departamento de Proteção retomou a questão e solicitou uma nova consulta, posição endossada pela Procuradoria Jurídica do Iphan.⁵⁷ Por meio de um memorando do técnico Adler Homero Fonseca de Castro, foram solicitadas informações sobre a situação do local e dos túmulos ao Prefeito de Jardim e

⁵⁴ NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire - II*: La Nation. Paris: Gallimard, 1986, pp. 2210-2215.

⁵⁵ ATA da 19ª Sessão Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Op. cit., p. 21b.

⁵⁶ ATA da 28ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural Departamento, 19 de abril de 2001. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2001__01__28a_reunio_ordinaria__09_de_abril.pdf. Acessado em 10/08/2015, p. 15.

⁵⁷ ATA da 34ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, 16 de maio de 2002. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2002__02__34a_reunio_ordinaria__16_de_maio.pdf. Acessado em 25/03/2015, p. 11.

ao Coordenador da 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada. Estes, juntamente com o Comando Militar do Oeste, enviaram fotos e plantas do local. Segundo o Conselheiro Arno Wehling, “diversas manifestações de natureza técnica, jurídica e administrativa” do Iphan foram contrárias ao tombamento. A Procuradoria Jurídica, por exemplo, questionava se “o fato ainda [era] merecedor de proteção, por meio de tombamento”.⁵⁸

A partir das informações obtidas e dos diversos pareceres, foram sugeridas ao Presidente do Iphan Glauco Campello as seguintes deliberações: “a) enviar o processo ao Conselho Consultivo para análise e deliberação; b) acatar a aprovação pelo Conselho em 1955; c) arquivar o processo”.⁵⁹

O tema voltou a ser apreciado na 28ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, quando foi lido o parecer do Conselheiro Augusto Carlos da Silva Telles, que se manifestou contrário ao tombamento. Entre os motivos estava a desqualificação do local como cemitério, pois os corpos já tinham sido translados para o Rio de Janeiro, para o monumento *Aos Heróis de Laguna e de Dourados*, onde seriam glorificados e homenageados. Portanto, não seria mais um cemitério nem um monumento. Refere Telles:

Analisando o processo, julgamos difícil apoiar o tombamento do local, onde, por mais de 70 anos, estiveram enterrados os heróis da Retirada da Laguna, pois que a própria iniciativa de remoção dos despojos para o monumento votivo, definiu a intenção de glorificá-los neste monumento. Além disso, a própria denominação do local - Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna - leva a uma compreensão errônea dos fatos: não é mais um cemitério, já que os despojos dos heróis não mais se encontram lá. Finalizando nosso parecer, propomos, salvo melhor juízo, o arquivamento do processo. 16.04.2001. Augusto C. da Silva Telles. Conselheiro.⁶⁰

Após a leitura, os Conselheiros Paulo Bertrane e Arno Wehling solicitaram vistas do processo. Segundo Telles, Bertrane “por razões mais sentimentais, mais locais” e Wehling por discordar da interpretação realizada.⁶¹

Na 34ª reunião do conselho, realizada no dia 16 de maio de 2002, o tema voltou a ser apreciado. Na ocasião, Wehling leu seu parecer, em que

⁵⁸ Id.

⁵⁹ ATA da 28ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural Departamento, 19 de abril de 2001. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2001__01__28a_reunio_ordinaria__09_de_abril.pdf. Acessado em 10/08/2015, p. 16.

⁶⁰ Id.

⁶¹ ATA da 34ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, 16 de maio de 2002. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2002__02__34a_reunio_ordinaria__16_de_maio.pdf. Acessado em 25/03/2015, p. 10.

argumentava sobre o “forte significado para a população local, além de ter recebido o interesse oficial, em diferentes momentos, por parte da prefeitura municipal e do exército”, que zelavam pela sua conservação e a valorização do episódio da Retirada da Laguna.⁶² Argumentou também que uma das missões da CER-3 era realizar manifestações de culto cívico, sendo a área

[...] conservada com muito carinho e respeito, era motivo de visita de autoridades militares e a população da cidade de Jardim conhecia em detalhe o episódio da Retirada, cujos participantes eram lembrados na denominação de escolas locais. Reiterou-me que ‘a população local valoriza e vive muito este episódio histórico’. Outras informações afixam que antes e depois da mencionada época existiu, como ainda existe, essa identificação da população local com o acontecimento e a valorização do sítio do antigo cemitério como marco histórico.⁶³

Segundo Wehling, o tombamento favoreceria a preservação dos túmulos em que estiveram enterrados os restos mortais de Lopes, Camisão e Juvencio.⁶⁴ A retirada dos restos mortais não implicou a “sua descaracterização simbólica”, pois o local está inserido no contexto geográfico da Retirada da Laguna e, como cenotáfio, identificava e celebrava os mortos, sem a presença de seus restos. Dessa forma, estaria impregnado de simbologias construídas pela memória social, sobretudo a militar. Por fim, argumentou que seria contraditório o Iphan, que procura valorizar o patrimônio imaterial ou intangível, negar o tombamento a algo material e tangível (os túmulos, a área que estava associada à Retirada da Laguna) e pleno de evidências simbólicas que beiravam o imaterial ou intangível e que possuíam a valorização popular e oficial.⁶⁵

Wehling ressaltava as relações entre memória social e história, pois, apesar da ausência do conteúdo material, o cemitério encontrava-se impregnado de simbologias. O tombamento seria do monumento e não dos restos mortais, que se encontravam no Rio de Janeiro. Enfim, o cemitério seria um bem simbólico, ligado à memória da Retirada da Laguna. Seu parecer foi favorável ao tombamento, “pelos seus aspectos inerentes (os túmulos, a área da Retirada da Laguna)” e “pelos atribuídos (a valorização popular e oficial)”.⁶⁶ Para Wehling o traslado dos corpos não implicou a sua descaracterização simbólica, pois

⁶² *Ibidem*, p. 11.

⁶³ *Id.*

⁶⁴ *Ibidem*, p. 12.

⁶⁵ *Id.*

⁶⁶ *Ibidem*, pp. 12-13.

[...] o local do sepultamento original estava no contexto geográfico da Retirada da Laguna e é comum que construções evocativas - monumentos stricto sensu - celebrem o fato, independentemente da existência de restos mortais de seus personagens; e, no caso específico de túmulos, é relativamente frequente a existência de cenotáfios, que igualmente identificam e celebram os mortos, sem a presença de seus restos.⁶⁷

O tombamento criaria outro aspecto positivo, que seria garantir a preservação dos túmulos em que estiveram os restos mortais de Lopes, Camisão e Juvencio por 74anos.⁶⁸ Wehling analisou ainda as justificativas que pretendiam negar o tombamento associadas às questões decorrentes da globalização (dificuldades de preservar a memória nacional, que afetam a própria identidade nacional; problemas educacionais, culturais e de comunicação social que fazem com que a população desconheça “acontecimentos, processos, sítios e símbolos da formação brasileira”). Segundo o referido Conselheiro, existia o risco de os significantes culturais terem seus significados esvaziados, perdendo o seu sentido de identidade cultural, porém essas justificativas não podem ser associadas ao cemitério, pois este continuava a possuir atributos e significados reconhecidos pela sociedade de seu entorno.⁶⁹

O Conselheiro Telles, por sua vez, manifestou-se favorável ao arquivamento do processo ao alegar que os translados dos restos mortais para o monumento no Rio de Janeiro e a denominação “Cemitério dos Heróis” seriam “um engano, uma mentira histórica” e, para evitar confusões e erros, deveria ser solicitada a substituição de *Cemitério dos Heróis* por *Local onde estiveram sepultados os heróis da Retirada da Laguna*.⁷⁰ Posteriormente, Telles apresentou um adendo ao parecer inicial de 16 de abril de 2002 e passou a concordar com o parecer de Wehling, manifestando-se favorável ao tombamento. As razões que apresentou foram as seguintes:

1. A comunidade local trata com o maior cuidado e carinho o referido ‘cemitério’, ao qual presta a maior reverência, tendo ficado muito insatisfeita com a notícia de seu não tombamento. 2. Foram apresentados, como casos semelhantes ao tombamento proposto, as situações de Guararapes, do Monte Pascoal e dos túmulos existentes nos Jerônimos em Lisboa e na Abadia de Saint-Denis em Paris. 3. No momento em que estamos tombando bens imateriais, intangíveis, esse sítio em Jardim é um local ‘impregnado de simbologia’, como refere o Conselheiro Arno Wehling [...] revejo a conclusão do meu parecer anterior,

⁶⁷ Ibid., p. 12

⁶⁸ Id.

⁶⁹ Ibidem, pp. 11-12.

⁷⁰ Ibidem, pp. 12-13.

julgando possível o tombamento do local em Jardim, como um bem simbólico, ligado a memória da epopeia da Retirada da Laguna. Memória importante para a população de Jardim, e mesmo de Mato Grosso do Sul e do Brasil.⁷¹

Telles defendeu também que fosse solicitada às autoridades militares e civis responsáveis pela manutenção desse bem a substituição da denominação *Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna* por *Local onde estiveram sepultados os heróis da Retirada da Laguna*, a fim de evitar “uma confusão histórica” com o monumento *Aos Heróis de Laguna e de Dourados*.⁷² Porém, o Conselheiro Bertran questionou a construção da memória nacional ao levantar a questão de que outros oficiais, soldados e civis que participavam da Coluna Expedicionária teriam sido enterrados no mesmo local e citou “o inventário do Capitão Vicente Miguel da Silva, que não [constava] entre a relação dos sepultados, mas em seu inventário [estava] dito que seu corpo foi sepultado junto ao corpo do Coronel Camisão, naquela localidade”. Caso fosse confirmada essa hipótese, o local seria um *cemitério* e deveria manter a denominação de *Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna*. Bertran sugeriu que o Iphan realizasse uma pesquisa para identificar todas as pessoas ali sepultadas.⁷³

O Conselheiro Telles se contrapôs à fala de Bertran e defendeu que, na obra *A Retirada da Laguna*, Taunay não mencionava nenhum outro enterramento e que apenas as pesquisas arqueológicas poderiam responder à questão. Posteriormente ponderou: “Transferiram apenas três porque eram os únicos sepultados no local ou porque eram os mais importantes?”.⁷⁴ O Conselheiro Bertran, ao contrário, continuou a defender que haveria indícios de que o capitão Vicente Miguel da Silva teria sido sepultado próximo ao túmulo do coronel Camisão e de que houve uma “reunião daqueles que morreram mais próximos da localidade, foram exumados e aglomerados nesta mesma região, embora só os túmulos tenham sido monumentados”, assim o local seria uma *catacumba* e não um *cemitério*. Bertran afirmou ainda que tinha conhecimento de que havia o

[...] hábito de exumarem os corpos dos voluntários provinciais falecidos e precariamente enterrados ao longo da retirada. Mesmo depois de concluída a guerra, houve missões dos sobreviventes ou de pessoas por eles encarregadas

⁷¹ Ibidem, pp. 13-14.

⁷² Ibidem, p. 14.

⁷³ Ibidem, p. 15.

⁷⁴ Ibidem, p. 16.

de agrupar os principais comandantes, os principais oficiais, e alguns soldados em torno do elemento símbolo do coronel comandante.⁷⁵

Para resolver a questão, foi sugerida uma pesquisa para esclarecer se outros oficiais e soldados que morreram nas proximidades teriam sido enterrados no local. O Conselheiro Nestor Goulart questionou o lugar ou o silêncio dos soldados na memória oficial. Se soldados tivessem sido enterrados ali, seria

[...] um cemitério de heróis e não dos heróis, porque pareceria exclusivo. Se eram apenas aqueles três e eles foram trasladados, ficamos na necessidade de substituir a denominação do monumento, pois ‘cemitério dos heróis’ seria uma falsidade histórica. Agora se existem restos de outros oficiais e soldados, de um soldado apenas, não é justo retirar a denominação porque todos deram tudo que tinham: a vida. Eles não tinham mais nada para dar, deram por igual, eram absolutamente iguais na morte. Então se apenas um soldado estiver enterrado ali, existirá mais do que simplesmente um valor simbólico. Certamente enquanto heróis é uma construção, mas deve ser uma construção baseada na verdade. Respeito inteiramente a preocupação do Conselheiro com a verdade histórica, mas não podemos incluir no processo elementos que não correspondem à realidade.⁷⁶

Houve Conselheiros que se manifestaram contra e a favor de novas investigações sobre a existência de outros enterros no local à época da Retirada. Os que argumentavam contra, como Wehling, afirmavam que “uma proposta de tombamento que está demorando quarenta e sete anos para ter uma consequência parece demandar algum tipo de decisão e não uma nova investigação. Isso é muito do nosso gosto acadêmico, mas acho que a essa altura o processo mereceria um fecho”. O Conselheiro Synésio Scofano Fernandes, embora o reconhecesse como patrimônio imaterial, defendia a realização de novas pesquisas a fim de que fosse constatado o enterro de soldados no referido cemitério.⁷⁷

Diante dos questionamentos, que contrariavam decisão anterior do Conselho Consultivo, de 13 de dezembro de 1955, ficou decidido que deveria ser verificada a existência da documentação que comprovava a desapropriação do terreno e a sua doação à União e realizadas novas pesquisas a fim de verificar se outras pessoas teriam sido enterradas no local. Para finalizar o acalorado debate, o Conselheiro Fernandes solicitou vistas do processo.⁷⁸

⁷⁵ *Ibidem*, p. 17.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 15.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 16.

⁷⁸ *Ibidem*, pp. 18-19.

As divergências não foram sanadas durante os debates, sobretudo por alguns valorizarem mais aspectos técnicos e históricos relacionados à autenticidade. Havia diferentes concepções teóricas acerca dos conceitos de patrimônio, em virtude da composição heterogênea do Conselho Consultivo. Enquanto alguns defendiam o cemitério como patrimônio imaterial, outros o pensavam apenas como patrimônio material. Segundo Fernandes, as perspectivas “[departamentalizadas] do conhecimento” predominavam em detrimento de olhares mais gerais, universais e globais, embora todos convergissem na defesa do patrimônio brasileiro e da identidade nacional.⁷⁹

Um dos aspectos legais para viabilizar o tombamento, que era a doação do terreno, ocorreu somente em 21 de julho de 2006, durante a 4ª *Marcha Cívico-Cultural Retirada da Laguna*, quando a área foi entregue pela Superintendência do Patrimônio em Mato Grosso do Sul ao Comando Militar do Oeste.⁸⁰

O processo de tombamento somente voltou a ser analisado pelo Conselho Consultivo do Iphan na 79ª Reunião do Conselho, em 11 de junho de 2015. O aumento das demandas de patrimonialização, a burocratização dos processos de registro e as dificuldades operacionais (recursos financeiros e humanos) geraram atrasos na análise dos méritos de algumas propostas. Inúmeros processos tramitavam por várias décadas ou ficavam “abandonados” e sem previsão de serem concluídos. Havia casos de processos concluídos, “com parecer favorável ao tombamento, porém sem previsão de andamento por não serem considerados como prioritários”.⁸¹ Por outro lado, havia a preocupação de criar uma agenda de análises dos projetos que estavam “abandonados”, por meio da criação de “um grupo especializado em tirar desse limbo que existe no IPHAN” tais projetos, a fim de “revê-los e estudá-los”.⁸² O processo da Ferrovia Madeira Mamoré tramitou por 25 anos; o processo dos remanescentes da Fortaleza da Assunção, no Ceará, por 40 anos; e o do *Lugar em que estiveram sepultados o Guia Lopes, o Coronel Camisão e o Tenente Coronel Juvêncio*, por 60 anos.⁸³

⁷⁹ ATA da 57ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, 15 de julho de 2008. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2008__02__57a_reunio_ordinria__15_de_julho.pdf. Acessado em 31/12/2015, p. 23.

⁸⁰ Disponível em: <http://api.convenios.gov.br/siconv/dados/proposta/1847033.html>. Acessado em 10/08/2015.

⁸¹ ATA da 57ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, 15 de julho de 2008. Op. cit., pp. 24-25.

⁸² *Ibidem*, p. 23.

⁸³ *Ibidem*, pp. 31, 44.

Na 79ª reunião, decorridos 13 anos da última apreciação, o processo foi retomado, pois se encontrava inconcluso em virtude da falta de dados sobre a localização e a delimitação do bem. O Conselheiro Arno Wehling voltou a defender o tombamento, porque a “área era um local de identidade para a comunidade e entorno, e destacou que, afinal 13 anos depois, pela ótica dele, teve sucesso”. Após a fala, não houve nenhuma manifestação contrária ao tombamento e foi aprovada a decisão da Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo, que definia que a poligonal do tombamento fosse o limite do lote doado à União, “sem entorno”.⁸⁴ No site do Iphan, consta que o monumento arquitetônico *Lugar em que estiveram sepultados o Guia Lopes, o Coronel Camisão e o Tenente Coronel Juvêncio* teve o “tombamento aprovado” e que foi inscrito no *Livro do Tombo Histórico*.⁸⁵

Considerações finais

O local onde foram enterrados os corpos de Camisão, Juvêncio e Guia Lopes foram apropriados, reapropriados e (res)significados em várias conjunturas históricas, pelo governo de Mato Grosso do Sul e por diferentes instituições, dentre elas o Exército, o Iphan e a Prefeitura Municipal de Jardim sendo consagrado como *Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna*. Como lugar de memória possui grande potencial simbólico, daí os investimentos para preservar, para nada esquecer, de tornar como patrimônio e de perpetuar os cultos, os elogios fúnebres e as festividades cívicas e patrióticas. Como símbolo nacional, eterniza o culto ao episódio da Retirada da Laguna e aos seus protagonistas mais ilustres, sendo importantes para construir subjetividades e identidades.

Como demonstrou Nora, a memória é viva e, nesse sentido, está em permanente evolução e aberta à dialética da lembrança, do esquecimento, dos discursos de ‘preservação’, de aproveitamentos com vistas ao turismo, das comemorações e das rememorações, sendo vulnerável a todos os usos, projeções, manipulações e interesses. Em suma, ela é sempre um fenômeno atual.⁸⁶

⁸⁴ ATA da 79ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, 11 de junho de 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/Ata_da_79_Reuniao_do_Conselho__110615.pdf. Acessado em 31/12/2015, p. 28.

⁸⁵ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2015-12-09%20-%20Lista%20Bens%20Tombados.pdf>. Acessado em 31/12/2015.

⁸⁶ NORA, Pierre. Entre a memória e história. A problemática dos lugares. Tradução de Yara AunKhoury. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, dez. 1993, p. 9.